

ANTONIO GASPARETTO JÚNIOR
JÚLIO CÂNDIDO DE MEIRELLES JÚNIOR
(ORGANIZADORES)



DIÁLOGO E DEBATES SOBRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Atena
Editora

Ano 2020

**ANTONIO GASPARETTO JÚNIOR
JÚLIO CÂNDIDO DE MEIRELLES JÚNIOR
(ORGANIZADORES)**



DIÁLOGO E DEBATES SOBRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D536 Diálogo e debates sobre administração pública no Brasil [recurso eletrônico] / Organizadores Antonio Gasparetto Júnior, Júlio Cândido de Meirelles Júnior. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-23-2

DOI 10.22533/at.ed.232200303

1. Administração pública. 2. Gestão da qualidade total.
I. Gasparetto Júnior, Antonio. II. Meirelles Júnior, Júlio Cândido de.

CDD 352.357

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As pesquisas no campo da Administração Pública se encontram em franco crescimento no Brasil. Isso porque, nos últimos anos, tem sido feito um grande esforço nacional para a qualificação do quadro funcional atuante na gestão do Estado brasileiro nas mais variadas instâncias administrativas.

O aprimoramento do pessoal da administração pública é uma urgência para potencialização dos serviços prestados pelo Estado, gerando, assim, melhores e mais eficientes resultados para o país. Pensando nisso, o MEC criou o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) com um curso de bacharelado e especializações em nível de pós-graduação *Lato Sensu* (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde) para aprimorar a formação dos servidores públicos.

Para estruturação desse grande projeto, o MEC contou com a colaboração da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), de outros Ministérios e de instituições públicas de ensino superior, que desenvolveram um grande programa para ser aplicado no território nacional, atendendo a demandas regionais. Com a gradativa ampliação da oferta de vagas em cursos de graduação e de pós-graduação, os resultados começaram a aparecer seja no aprimoramento do quadro de pessoal, seja nos conhecimentos produzidos acerca do funcionamento da administração pública no Brasil. Pode-se destacar como um importante reflexo dessa empreitada a organização da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP), fundada em 2013 durante o I Encontro Brasileiro de Administração Pública (EBAP). Desde então, a SBAP busca promover e valorizar o conhecimento técnico e científico na área congregando pesquisadores e pesquisadoras que se dedicam ao tema. Trabalhando para construir uma representatividade institucional nos âmbitos nacional e internacional, a SBAP mantém uma regularidade na realização de eventos.

Neste sentido, o livro ***Diálogo e Debates sobre Administração Pública no Brasil*** pretende ser mais uma contribuição para os conhecimentos produzidos acerca da administração pública no país. O leitor terá acesso a nove trabalhos realizados por pesquisadores e pesquisadoras das mais variadas instituições e com as mais diversas qualificações.

Os primeiros capítulos são dedicados a refletir sobre aspectos da responsabilidade fiscal. Mariana de Oliveira Santos (UNIFSA) e Geraldo Simião Nepomuceno Filho (UNIFSA) tratam da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal imposta aos gastos com pessoal em municípios do Piauí. Bruno D'Assis Rocha (UFRRJ), Antonio Gasparetto Júnior (USP) e Júlio Cândido de Meirelles Júnior (UFF) analisam a *accountability* em fundações de apoio do Rio de Janeiro. Luiz Lustosa Vieira (Ministério do Planejamento), Ilka Massue Sabino Kawashita (Ministério do Planejamento), José Antônio de Aguiar Neto (Ministério do Planejamento) e Carlos Henrique Azevedo Moreira (UFRJ) abordam fundamentos econômicos das transferências voluntárias

intergovernamentais entre os estados federados e sua importância para assegurar a autonomia financeira dos entes subnacionais. Por meio da tecnologia, analisam a gestão dos recursos da União.

Os quarto e quinto capítulos do livro refletem sobre aspectos da gestão. Primeiro, Danielle Lisboa da Motta de Almeida (UFRRJ) e Jorge Alberto Velloso Saldanha (UFRRJ) discorrem sobre a evolução da gestão centrada no cidadão no Brasil, à luz de conceitos da área de marketing. Já Sergio Paulo Carvalho de Souza (INCA) e Cláudia Henschel de Lima (UFF) apontam tensões relacionadas à regulação assistencial em Saúde.

Os capítulos seis e sete são dedicados a reflexões sobre Institutos Federais de Educação no Rio Grande do Sul. Daniela Pegoraro (UFSM) e Kelmara Mendes Vieira (UFSM) analisam a transparência no Instituto Federal do Rio Grande do Sul sob a óptica dos *Stakeholders*. Por sua vez, João Pedro Pereira dos Santos (IF-Farroupilha) e Nelson Guilherme Machado Pinto (UFSM) apresentam um comparativo entre as eficiências dos *campi* do Instituto Federal Farroupilha.

Por fim, a obra se encerra com dois trabalhos que utilizam técnicas bibliométricas para apontar o estado da produção acadêmica em dois aspectos específicos da administração pública. Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino (UVA), Clayton Robson Moreira da Silva (IFPI), Joelma Leite Castelo (UECE), Viviane da Silva Sousa (UVA) e Sabrina Sousa Moraes (UVA) avaliam, primeiro, a produção acadêmica sobre o controle interno no setor público. Depois, o panorama da produção científica nacional acerca da auditoria governamental.

Em suma, a obra apresentada é uma constatação ao leitor das inúmeras possibilidades de pesquisas no campo da Administração Pública, apresentando resultados de investigações que são notadamente importantes para o conhecimento da sociedade. Ademais, é de suma importância a contribuição para o debate científico e fundamentado na área, especialmente em momento em que se discute o trâmite de uma nova reforma administrativa no Brasil. Assim, a divulgação científica é um importante aparato para embasar argumentos que sejam qualificados e que contribuam positivamente para o debate, participando da construção de uma sociedade mais justa e consciente.

Antonio Gasparetto Júnior
Júlio Cândido de Meirelles Júnior

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A APLICAÇÃO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL IMPOSTA AOS GASTOS COM PESSOAL: UM ESTUDO DE CASO DE 03 MUNICIPIOS PIAUIENSES, NOS EXERCÍCIOS DE 2016 E 2017	
Mariana de Oliveira Santos Geraldo Simião Nepomuceno Filho	
DOI 10.22533/at.ed.2322003031	
CAPÍTULO 2	15
ACCOUNTABILITY E QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL DAS FUNDAÇÕES DE APOIO DO ESTADO DO RIO JANEIRO	
Bruno D'Assis Rocha Antonio Gasparetto Júnior Júlio Cândido de Meirelles Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.2322003032	
CAPÍTULO 3	28
PLATAFORMA TECNOLÓGICA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DOS RECURSOS DA UNIÃO	
Luiz Lustosa Vieira Ilka Massue Sabino Kawashita José Antônio de Aguiar Neto Carlos Henrique Azevedo Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2322003033	
CAPÍTULO 4	41
A EVOLUÇÃO BRASILEIRA DE UMA GESTÃO CENTRADA NO CIDADÃO: SOB O PRISMA DE CONCEITOS DA ÁREA DE MARKETING	
Danielle Lisboa da Motta de Almeida Jorge Alberto Velloso Saldanha	
DOI 10.22533/at.ed.2322003034	
CAPÍTULO 5	56
TENSÕES RELACIONADAS À REGULAÇÃO ASSISTENCIAL EM SAÚDE	
Sergio Paulo Carvalho de Souza Cláudia Henschel de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.2322003035	
CAPÍTULO 6	70
TRANSPARÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE SOB A ÓPTICA DOS DIFERENTES <i>STAKEHOLDERS</i>	
Daniela Pegoraro Kelmara Mendes Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.2322003036	
CAPÍTULO 7	84
ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS: UM COMPARATIVO ENTRE AS EFICIÊNCIAS DOS <i>CAMPI</i> DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA	
João Pedro Pereira dos Santos Nelson Guilherme Machado Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.2322003037	

CAPÍTULO 8	105
PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE CONTROLE INTERNO NO SETOR PÚBLICO	
Sabrina Sousa Moraes	
Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	
Clayton Robson Moreira da Silva	
Joelma Leite Castelo	
Viviane da Silva Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.2322003038	
CAPÍTULO 9	124
AUDITORIA GOVERNAMENTAL NO BRASIL: O PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL	
Viviane da Silva Sousa	
Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	
Clayton Robson Moreira da Silva	
Joelma Leite Castelo	
Sabrina Sousa Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.2322003039	
SOBRE OS ORGANIZADORES	143
ÍNDICE REMISSIVO	144

ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS: UM COMPARATIVO ENTRE AS EFICIÊNCIAS DOS CAMPI DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

Data de aceite: 20/02/2020

João Pedro Pereira dos Santos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha -(IFFar)

Nelson Guilherme Machado Pinto

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - (UFSM)

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo analisar de forma comparativa a eficiência dos *campi* do Instituto Federal Farroupilha baseado em aspectos evolutivos no período compreendido entre 2010 e 2016. A análise comparativa de desempenho foi realizada seus nove campi estabelecidos fisicamente no Rio Grande do Sul. Nesse caso, para o alcance do objetivo principal, esta pesquisa buscou realizar o levantamento das análises de desempenho, se existentes, já praticadas na instituição de ensino. Como referencial teórico, este trabalho discorreu temas inerentes ao desenvolvimento e suas abordagens. Caracterizou-se ainda, por ser de cunho descritivo e quantitativo. Para o alcance do objetivo, esta pesquisa buscou realizar o levantamento das análises de desempenho, se existentes, já praticadas na instituição de

ensino. A utilização do software livre SIAD v.3.0 possibilitou que a Análise Envoltória de Dados (DEA) viabilizasse esse comparativo diante da identificação e seleção das principais variáveis de entradas (*inputs*) e saídas (*outputs*) de cada campus. A condição atual de cada campus e sua relação com o desenvolvimento socioeconômico da região foi mensurada com a utilização dessa metodologia. O comparativo foi segmentado em três subperíodos: 2010 a 2016; 2014 a 2016 e 2015 a 2016. Com 100% em seu indicador de eficiência, o campus de Santo Augusto foi apontado como *Benchmark*, seguido pelo campus de São Borja com 97,16% em média de eficiência dentre os *campi* em atividade a partir de 2010.

PALAVRAS-CHAVE: Instituto Federal Farroupilha. Eficiência. Análise Envoltória de Dados.

DATA ENVELOPMENT ANALYSIS: A COMPARISON BETWEEN CAMPUS EFFICIENCIES AT THE FEDERAL FARROUPILHA INSTITUTE

ABSTRACT: The present work aimed to comparatively analyze the efficiency of the Federal Farroupilha Institute's campuses based on evolutionary aspects between 2010 and 2016. The comparative performance analysis was performed on its nine physically established

campuses in Rio Grande do Sul. In order to achieve the main objective, this research sought to conduct the survey of performance analyzes, if any, already practiced in the educational institution. As a theoretical framework, this work addressed issues inherent to development and its approaches. It was also characterized by being descriptive and quantitative. To achieve the objective, this research sought to conduct the survey of performance analyzes, if any, already practiced in the educational institution. The use of free software SIAD v.3.0 allowed the Data Envelopment Analysis (DEA) to make this comparative possible considering the identification and selection of the main input and output variables of each campus. The current condition of each campus and its relationship with the socioeconomic development of the region was measured using this methodology. The comparison was segmented into three subperiods: 2010 to 2016; 2014 to 2016 and 2015 to 2016. With 100% in its efficiency indicator, the Santo Augusto campus was designated as benchmark, followed by the São Borja campus with an average efficiency of 97.16% among the active campuses from 2010.

KEYWORDS: Farroupilha Federal Institute. Efficiency. Data Envelopment Analysis

1 | INTRODUÇÃO

Temas voltados para programas de governo como políticas públicas de Estado parecem estar tomando um rumo incerto diante das inseguranças políticas sociais e econômicas constatadas nos diversos meios de comunicação do Brasil. Nesse caso, percebe-se a demanda pela efetividade de programas que visem melhorias para o país de forma mais ampla, com objetivos mais claros e direcionados para políticas públicas que visem o desenvolvimento da sociedade no tocante aos aspectos de saúde, educação, segurança, distribuição de renda, entre outros. As incertezas quanto ao futuro das instituições públicas só aumentam diante das inúmeras irregularidades denunciadas e divulgadas pela mídia, se apresentando nas mais diversas formas de descaso com o dinheiro público. Em referência ao assunto, Grateron (1999) comenta que servem como alimento para o vício da corrupção, o crescimento da burocracia sem a prévia adaptação dos sistemas de controle, acompanhado de desordem administrativa, falta de transparência nas transações governamentais realizadas, incoerência das leis ou a falta delas, inexistência, obsolência e inadequação dos sistemas de controle nos quais predominam o critério quantitativo sobre o qualitativo e legal da gestão. Entretanto, mesmo que a gestão pública apresente um aspecto eminentemente controverso, esta possui e pode se utilizar de instrumentos que possam dar condições de avaliação de sua atuação, comparando os resultados alcançados com o que se espera ser o ideal. A avaliação de desempenho do setor público, no entanto, deve ser realizada com o intuito de mensurar quantitativamente e qualitativamente de forma que os resultados obtidos venham a subsidiar a identificação de quais os indicadores mais significativos na evolução da instituição pesquisada na intenção de uma gestão eficiente. Para Marinho e Façanha (2001) é comum encontrar na literatura especializada de avaliação as referências a dimensões desejáveis de atendimento

das organizações em efetividade, eficiência e eficácia.

Ademais, a eficiência, segundo o Manual de Controle Interno do Poder Executivo Federal (BRASIL, 2001), é a medida que relaciona os recursos efetivamente utilizados para a realização de uma meta, diante de padrões já estabelecidos, configurando-se um dos requisitos básicos para a produção de indicadores de gestão. Direcionando o assunto para políticas públicas voltadas para a educação, com a proposta de interiorização e cobrindo todo o território nacional, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada em 1909 como instrumento de política pública para o atendimento das “classes desprovidas” se apresenta hoje como um meio de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, possibilitando pesquisas, desenvolvendo novos processos, serviços e produtos em colaboração com o setor produtivo.

Nesse contexto, Procopiuck (2013) argumenta que o termo “política pública” é frequentemente utilizado em senso comum e na literatura acadêmica para se fazer referências a políticas de saúde, políticas educacionais, para agricultura, e assim por diante, pressupondo um domínio da vida em que há articulações de interesses comuns sobre os interesses privados e individuais. Diante disso, a importância de confrontar a realidade atual em comparação com o período anterior à expansão física do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) pode ser entendida como um procedimento de controle e acompanhamento das ações do governo com vistas a dimensionar de que forma essa política pública educacional de interiorização do ensino desempenhou seu programa. Para Amorim, Diniz e Lima (2017), a sociedade disponibiliza os recursos ao Estado mediante seus tributos arrecadados para financiar bens e serviços para a sociedade. Segundo os autores, para que para isso ocorra, seus gestores devem utilizar esses recursos de forma racional e que privilegie a eficiência e a avaliação de desempenho da gestão. Nesse caso específico, foi aprofundado o estudo com o intuito que se possa identificar em quais aspectos cada campus do Instituto foi eficiente, com a utilização de indicadores de eficiência, contribuindo para o desenvolvimento de sua região.

Diante dessa realidade, o presente trabalho envolve o IFFar. Esse instituto tem como característica ser uma organização *multicampi*, com sua atuação no estado do Rio Grande do Sul, com a reitoria localizada em Santa Maria e com suas unidades situadas em 11 cidades. Além disso, a organização conta com os Centros de Referência que mantem parcerias com prefeituras, possuindo assim características específicas (IFFar, 2017). O IFFar está representado fisicamente nas Mesorregiões Centro Ocidental, com três *campi* (Jaguari, Julio de Castilhos e São Vicente do Sul) e dois Centros de Referência (Candelária e Santiago); Noroeste, com cinco *campi* (Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Augusto e Frederico Westphalen) e dois Centros de Referência (Carazinho e Não-Me-Toque) e, por fim, na Mesorregião Sudoeste, com três *campi* (Alegrete, São Borja e Uruguaiana) e três Centros de Referência (Rosário do Sul, São Gabriel e Quaraí). Essa distribuição física do IFFar no Rio Grande do Sul está de acordo com os dados obtidos da Fundação de Economia e Estatística (FEE)

do estado do Rio Grande do Sul.

Ao se abordar a ampliação na oferta de vagas para o ensino técnico profissionalizante no interior do Rio Grande do Sul, entende-se que houve incremento em investimentos do Governo Federal na região em termos de despesas com pessoal, concursos públicos, máquinas, equipamentos, edificações, contratos com terceiros, dentre outros, para que se atendesse um público específico, nesse caso o aluno e, por consequência, mobilizasse a região contemplada com a nova escola. Assim, a forma em que as regiões atendidas pela implantação do IFFar se modificaram economicamente desde sua criação até o presente momento, pode ser utilizada como instrumento de estudo em seus índices de desenvolvimento por meio de análises de seus indicadores de eficiência.

Porém, registra-se que é necessária a verificação se todo esse dispêndio orçamentário e financeiro na região foi realizado de forma eficiente. Similarmente, se foram percebidas as modificações positivas nas regiões onde foram implantadas as unidades de ensino, de forma que o desempenho dessas unidades indique a compensação dos investimentos realizados e, com isso, viabilizar subsídios para estabelecer objetivos futuros, como ampliação de novos cursos, por exemplo. O presente trabalho teve como objetivo analisar de forma comparativa a eficiência dos nove campi do Instituto Federal Farroupilha baseado em aspectos evolutivos no período compreendido entre 2010 e 2016. Para tanto, a análise de desempenho das unidades será tratada como resultado das atividades propostas pelo IFFar considerando os indicadores de eficiência de cada unidade em seu contexto histórico desde sua criação.

A fim de consolidar a pesquisa, o estudo está segmentado em cinco seções. Após a introdução, segue o referencial teórico. Em seguida, encontra-se o método, dando ênfase para os procedimentos adotados para a concretização da pesquisa. A quarta seção aborda as discussões dos resultados e por último as considerações finais destacando as principais limitações dessa pesquisa e sugestões para trabalhos futuros.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Desenvolvimento e Suas Abordagens na Pesquisa

Ao se referenciar o tema desenvolvimento como parte integrante da pesquisa, suas bases teóricas se fazem presentes como sustentação científica na ordenação do presente estudo de onde são realizadas algumas distinções sobre a natureza do desenvolvimento. Nesse caso, para Evans (2012), não há como os teóricos e os formuladores de políticas públicas ignorarem o papel das estatais para o sucesso do desenvolvimento, e nesse caso, a ideia do Estado desenvolvimentista posiciona instituições públicas sólidas e competentes no centro do processo, no entanto, a transformação da teoria em propostas concretas e a construção de instituições estatais

eficientes “é tudo menos uma tarefa simples”. Por outro lado, segundo Sen (1988), a dinâmica do desenvolvimento de uma sociedade é também impactada por aspectos não econômicos e não são mensuráveis em uma relação direta com a renda. A partir disso, é possível caracterizar a distinção entre o desenvolvimento e o crescimento econômico de uma sociedade, este último que demonstra uma visão estritamente econômica do desenvolvimento de um território. A distinção entre desenvolvimento e crescimento foi usada por Schumpeter na tentativa de se desvincular do pensamento neoclássico, segundo Bresser-Pereira (2006), ao indicar que o crescimento seria o mero aumento da renda *per capita* enquanto que o desenvolvimento envolveria transformações de cunho social e político. Ao mesmo tempo, essa distinção só faria sentido a partir de uma perspectiva com uma suposta normalidade no aumento de renda sem profundas mudanças na sociedade. No entanto, as mudanças tecnológicas e de divisão de trabalho que ocorrem com o aumento de produtividade são acompanhadas pelas mudanças nas instituições, na cultura e nas estruturas básicas da sociedade (BRESSER-PEREIRA 2006). Num modelo schumpeteriano de “economia estacionária” onde não há desenvolvimento, mas sim um crescimento, a economia se organiza em um fluxo circular, numa espécie de sistema de equilíbrio geral, onde há um ajuste entre oferta e demanda e também entre poupança e investimento, no qual o crescimento da economia acompanha o ritmo da acumulação de capital, com pequenas variações nos níveis de distribuição de renda (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016).

Seguindo o raciocínio de Bresser-Pereira (2006), para que a nação possa compartilhar um destino comum, ela deve ter objetivos comuns, dentre os quais, o mais importante é o desenvolvimento, onde a liberdade e a justiça social são também fundamentais para as nações, mas estas, como o Estado e o capitalismo, surgem tendo como parte de sua lógica o desenvolvimento econômico. Entretanto, para Feijó (2007), para o desenvolvimento ocorrer, são necessárias políticas públicas e ações privadas que possam alcançar um maior número de pessoas com os benefícios desse crescimento.

Por outro lado, Furtado (1992) relata em suas palavras que as teorias sobre desenvolvimento são esquemas explicativos de processos sociais nas quais a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduzem à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social. Ainda que, esta última não tenha ocorrido desde o começo da industrialização capitalista, a mesma se fez presente ao processo de desenvolvimento em certo grau de acumulação. A possibilidade de mensurar o quanto uma determinada região se desenvolve em comparação a outra é essencial para a busca de parâmetros que possam auxiliar na diminuição dessas desigualdades. Esse desenvolvimento pode ser caracterizado de forma muito abrangente captando os mais variados aspectos da sociedade e observados sob diferentes óticas como: econômico, social, humano, urbano e rural (PINTO; CORONEL, 2014). Sendo visto por uma perspectiva diferente do crescimento econômico, a abordagem do desenvolvimento humano busca olhar

diretamente as pessoas, suas capacidades e oportunidades, considerando também os aspectos sociais, políticos e culturais (PNUD,2013).

Os aspectos relativos à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico ficam claros já que o crescimento representa a visão estritamente econômica no desenvolvimento de um território e essa visão é caracterizada por ser inadequada, pois, aspectos não econômicos e que não são mensuráveis em relação direta com a renda também influenciam os aspectos de uma sociedade (SEN, 1988). Com a necessidade de que se estabelecesse indicadores mais representativos da realidade de uma região de forma setORIZADA e que pudessem suprir as deficiências pela utilização generalizada do Produto Interno Bruto (PIB) e PIB *per capita*, surge o índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esse índice foi idealizado e desenvolvido em trabalho conjunto dos economistas Mahbud ul Haq e Amartia Sen que, em 1990, no Primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ao apresentarem o conceito do IDH e sua medida popularizaram a abordagem de desenvolvimento humano. Em direção ao conceito de desenvolvimento social, Ananias (2008) argumenta que este somente será alcançado com a integração de todas as suas dimensões com estratégias que articulem e respeitem as demandas de cada região e cada segmento da população nas políticas de educação, saúde, reforma agrária, geração de trabalho e renda, entre outros. Na opinião de Lock (2012), ao se fazer alusão ao desenvolvimento social, ambiental ou econômico, entende-se que esse desenvolvimento se refere à capacidade do indivíduo, representado por uma pessoa ou por um grupo, em assimilar e se adaptar por meio de sua própria transformação, tornando-se mais capacitado em relação à sociedade, meio ambiente e à economia.

Na intensidade que se utiliza dos recursos naturais muitas vezes maior que a sua capacidade de se regenerar colocam em risco a sobrevivência de nações futuras. Consequentemente, após inúmeros desastres ambientais causados pela degradação em busca de desenvolvimento é que países do mundo todo perceberam o esgotamento dos recursos naturais e passaram a repensar seus critérios de desenvolvimento (LUIZ et al, 2013). A respeito de desenvolvimento sustentável, seu termo é utilizado amplamente em discursos políticos e ambientais, o que permite sua apropriação em diferentes grupos sociais e suas diferentes posições sobre desenvolvimento (BARBOSA, DRACH e CORBELLA, 2014). Para Azevedo (2014), tendo como pressuposto o tripé da sustentabilidade que contempla as variáveis ambiental, social e econômica, percebe-se que estas, complementares e não excludentes, são preocupações mais usuais no acompanhamento das mudanças contemporâneas.

Posteriormente, considerando os fracos resultados relacionados às preocupações ambientais a partir da Conferência de Estocolmo, foi criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente Humano (WCED), presidida pela então Primeira Ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland em 1983 que culminou em 1987 com a publicação do relatório “Nosso Futuro Comum”, conhecido também como “Relatório de Brundtland”.

Esse relatório trouxe ao público o conceito de desenvolvimento sustentável no qual “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p.54). Segundo Feil e Schreiber (2017) o relatório foi desenvolvido centrado nas necessidades e interesses da humanidade com vistas na segurança do patrimônio global deixado para gerações futuras e nações mais pobres. Com essa percepção, ao se delimitar a região onde os *campi* do IFFar estão estabelecidos, seus aspectos voltados para ao desenvolvimento sustentável também merecem cuidado especial. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável também deve ser visto de forma integrada com o desenvolvimento regional.

2.2 Avaliação de Desempenho e Eficiência

O desempenho pode ser medido pelo rendimento de algo ou alguém. No caso de uma organização pode ser definido como o resultado do rendimento analisando seus indicadores de forma mais global (MALHEIROS; ROCHA; RAMAL, 2014). A avaliação de desempenho está diretamente ligada às concepções e relações entre eficiência e eficácia com os recursos presentes e o que se busca como objetivo de uma organização, seja ela pública ou privada. Como forma de ratificar a importância do tópico abordado, para Pinto e Coronel (2016), é o desempenho que na verdade garante a sobrevivência e o sucesso de uma organização, processo ou atividade, estando ligado à execução e ao cumprimento de uma tarefa ou atividade. No entendimento de Silva Filho *et al* (2016), a limitação de recursos públicos para o atendimento das demandas da sociedade cujo interesse na avaliação da gestão dos recursos públicos aumentou propiciou um maior esforço no uso de ferramentas para a avaliação dos programas sociais.

Tratando-se avaliação como mecanismo interno de coordenação, esta pressupõe uma comparação cujos resultados são antecedidos por procedimentos, normas e estratégias que possibilitam antever novos resultados e novas realizações favorecendo o monitoramento e o planejamento (MARINHO; FAÇANHA, 2001). Assim, percebe-se a relação existente entre os termos que integram as condições para se avaliar o desempenho de uma organização e que nesse contexto, levam aos indicadores de eficiência, abordados na sequência.

Como metodologia utilizada para avaliação de desempenho de algo que possa ser mensurado, a eficiência é apontada como uma relação entre os custos e benefícios alcançados, é a razão entre o esforço e o resultado, entre as despesas e receitas. Conforme Jones e George (2012) as organizações tornam-se eficientes quando seus administradores minimizam o volume de recursos ou a quantidade de tempo para se produzir um dado volume de bens ou serviços. Por consequência, as organizações tornam-se eficazes quando seus administradores escolhem objetivos adequados para que posteriormente os alcancem (JONES; GEORGE, 2012). No caso de projetos sociais, os indicadores são parâmetros que servem para verificar em que medida

seus objetivos foram alcançados, delimitando um período e uma localidade, onde a identificação do aspecto que varia de estado ou situação pode expressar um fenômeno (VALARELLI, 1999). Para Ozcan (2014) os termos eficiência e eficácia são utilizados de forma intercambiável e que embora a produtividade tenha um sentido mais amplo, ambos os temas são considerados integrantes do desempenho. Ainda que o conceito de eficiência esteja voltado para o setor privado, Farrel (1957) denota que as medidas de eficiência são definidas sob um pressuposto de que a função de produção eficiente é conhecida, ou seja, é comparando metodologicamente o desempenho observado com algum padrão postulado que se chegam a esses indicadores

Somando-se ao tema, para Pinto, Piovesan e Coronel (2017), ao se mensurar o desempenho das instituições podem ser utilizados os tópicos de eficiência e eficácia, mesmo que divergentes no processo de avaliação de uma atividade, no entanto, alinhados na gestão das organizações por sua estreita relação na busca de resultados desejados com o mínimo de insumos utilizados no processo.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Retomando seu objetivo principal, a presente pesquisa visou analisar de forma comparativa a eficiência dos *campi* do IFFar baseado inicialmente em aspectos locais durante a sua implantação em 2008 até o ano de 2017. Considerando os aspectos abordados, esta pesquisa pode se caracterizar como descritiva, que tem como objetivo de descrever características de determinada população ou fenômeno, podendo ser elaborada com a finalidade de identificar possíveis relações entre as variáveis estudadas (GIL, 2017). O estudo mais aprofundado onde se utiliza um conjunto de processos sistemáticos, críticos e empíricos quando aplicados no estudo de um fenômeno caracterizam ou definem a pesquisa (GIL, 2017). A presente pesquisa, nesse caso, além de descritiva e quantitativa, caracteriza-se como documental, por se fundamentar por documentos de origens diversas, como relatórios de gestão e documentos internos à organização e também bibliográfica, pois está delineada com base em materiais já publicados (GIL, 2017)

Nesses termos, a pesquisa considerou três períodos para análise, onde foi possível uma análise descritiva, possibilitando o comparativo entre os *campi* em efetiva atividade nos períodos de 2010 a 2016; 2014 a 2016 e finalmente de 2015 a 2016, respectivamente representados por sete, oito e nove unidades. Nesse sentido, quanto a sua abordagem, a pesquisa é caracterizada por quantificar os dados obtidos, identificando seu caráter quantitativo, cuja modalidade de pesquisa mensura e expressa suas variáveis já predeterminadas e seus resultados são analisados por recursos matemáticos e estatísticos (APOLINÁRIO, 2011). Para a avaliação de desempenho dos *campi* do IFFar e considerando a representação quantitativa da eficiência de cada unidade em relação ao desenvolvimento econômico de suas regiões, suas informações serão tratadas pela Análise Envoltória de Dados (*Data Envelopment Analysis- DEA*).

Com a efetivação da expansão da Rede Federal de Ensino, pela qual a Lei nº 11.892 de 28 de dezembro de 2008, foram constituídos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), instituindo a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia (RDEPCT) (BRASIL, 2008). A expansão da RFEPCCT culminou no estabelecimento de 644 unidades de ensino profissional e tecnológico distribuídos em todas as regiões do Brasil. No caso do Rio Grande do Sul, a RFEPCCT é representada por três Institutos Federais, além das escolas técnicas vinculadas à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Diante dessa representatividade, a pesquisa tomou como objeto de estudo o IFFar no intuito realizar a análise comparativa dentre os onze *campi* que compõem a instituição, na forma de identificar seus desempenhos. Durante a coleta de dados, observou-se que o campus Uruguaiana, está configurado como campus avançado (BRASIL, 2014) não dispendo de autonomia orçamentária e financeira, estando vinculado ao campus de São Borja, Unidade Gestora (UG) responsável por essas atividades.

Outra peculiaridade observada foi em relação ao campus de Frederico Westphalen que pela Portaria nº1.075 de 30 de dezembro de 2014 teve sua de desvinculação da UFSM para a incorporação ao IFFar (BRASIL, 2014) estabelecida. Nesse caso especificamente ainda há ajustes em termos de patrimônio e pessoal a serem definidos por ambas os *campi*. Em razão dessas peculiaridades, optou-se pela exclusão dessas duas unidades de ensino, dando continuidade à coleta de dados aos nove *campi* da organização.

A presente pesquisa propôs a coleta de dados por utilização de documentos eletrônicos, contendo as informações disponíveis nas páginas eletrônicas do IFFar que são de domínio público. Da mesma forma, houve a coleta de dados secundários em institutos de pesquisa, com indicadores de índices estatísticos de conteúdo socioeconômico das regiões contempladas com os *campi* do IFFar. Nesse caso, a coleta de dados foi realizada nos seguintes sítios: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (atlasbrasil).

No que diz respeito às informações inerentes aos dados a serem obtidos do IFFar, essa instituição tem disponível em seu endereço eletrônico seus documentos institucionais (IFFAR, 2016), que servem como base para a construção do modelo estatístico. Acrescentou-se à coleta de dados as inserções em páginas específicas da RFEPCCT pelas quais foram obtidos valores inerentes aos quantitativos dos registros acadêmicos do IFFar.

Ainda, a respeito da coletada de dados, foram pesquisados os sistemas: Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE), como também o Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (SIGGP), a plataforma eletrônica do IFFar voltada para o gerenciamento dos dados relacionados à movimentação de pessoal e suas repercussões financeiras

Neste trabalho, os dados coletados foram selecionados e discriminados de forma que possibilitasse a presente pesquisa em analisá-los de maneira mais aprofundada onde foram tratados para que se condicionassem ao modelo estatístico proposto. Para a presente pesquisa, foi contemplada a distribuição física dos *campi* do IFFar no Rio Grande do Sul considerando suas mesorregiões. Conjuntamente, para esta pesquisa, foram consideradas as datas do início do funcionamento de cada campus, como elementos disponíveis para possibilitar comparações dentre as unidades com mesmo tempo de funcionamento.

Nota-se que existem características similares entre os *campi* que foram pesquisados: Os *campi* que tem como registro de atividade em 2008 (Alegrete, Julio de Castilhos, Santo Augusto e São Vicente), fazem parte do período de Pré-Expansão da Rede Federal, ou seja, já existiam antes da Lei 11.892/2008. Com relação ao período de Expansão, três *campi* tiveram registro de funcionamento em 2010, são os casos de: Panambi, Santa Rosa e São Borja. Já os *campi* de Jaguari, Santo Ângelo e Uruguaiana foram os que iniciaram as atividades em 2013. Registra-se nesse caso a particularidade de Uruguaiana, pois este está denominado como campus avançado, isto é, ainda possui vinculação orçamentária e financeira com o campus de São Borja. Outra situação específica está no campus de Frederico Westphalen que está em processo de ajustes institucionais por se tratar de desvinculação do antigo Colégio Agrícola de Frederico Westphalen com a UFSM, migrando sua estrutura e parte de seu pessoal para o IFFar (IFFAR, 2016).

Como instrumento proposto para a análise dos fenômenos estudados, adotou-se a Análise Envoltória de Dados (DEA) como o modelo estatístico utilizado para a mensuração, comparação e classificação dos *campi* pesquisados, considerando os resultados de seus indicadores de eficiência. Considerando cada campus como Unidades de Tomadores de Decisão (DMU), a proposta de utilização do DEA é analisar as relações entre insumos e produtos mais relevantes estipulados para todas as DMUs selecionadas. Esse modelo de análise, realiza a avaliação comparativa dos resultados do conjunto formado de DMUs e, a partir disso, possibilita análises de fronteiras de eficiências entre as DMUs avaliadas (SHAW, 2009). Essa técnica não paramétrica, na visão de Silva Filho (2016) é utilizada quando a presença de múltiplos insumos e produtos torna difícil a tomada de decisão para os dirigentes de uma organização, onde as DMUs podem ser representadas por empresas, departamentos, setores ou instituições. O IFFar é apreciado sob o enfoque sistêmico, já abordado anteriormente, pelo qual os elementos: entradas; processamentos e saídas, representam também uma espécie de transformação, onde, segundo Pinto e Coronel (2017), essa transformação envolve trabalho, recursos e energias como insumo (*input*), gerando serviços ou produtos acabados (*output*) com o propósito de atender determinadas demandas da sociedade.

A DEA, como ferramenta matemática desenvolvida por Farrel (1957) e operacionalizada posteriormente, como método matemático nas décadas de 1970

(CHARNES; COOPER; RHODER, 1978) cuja modelagem matemática recebeu o nome de CCR em homenagem aos autores e nos anos de 1980 (BANKER; CHARNES; COOPER, 1984), conhecida como modelagem BCC, com o propósito de medir a eficiência, estabelecendo fronteiras por meio de análise de inputs e outputs de um processo. Nesse caso, para a medida de otimização do DEA, apreciando cada DMU analisada, Lins *et al* (2007) menciona a seguinte fórmula:

$$\frac{\sum_j u_j Y_{jk}}{\sum_i v_i X_{ik}} = \frac{u Y_k}{v X_k} \quad (1)$$

Onde:

u e v são pesos ou multiplicadores;

X_k são os insumos;

Y_k são os produtos;

Por convenção, que gera $\frac{u Y_k}{v X_k} \leq 1$ índices de eficiência entre 0 e 1.

A operacionalização da DEA, segundo Ferreira e Gomes (2009) se dá pelo atendimento das seguintes etapas: 1) Definição das DMUs; 2) Escolha do método de DEA; 3) Seleção dos inputs e outputs que tenham importância em estabelecer a eficiência relativa das DMUs.

Para a construção do DEA são utilizados os métodos matemáticos, nesse estudo foi utilizado o *Variant Returns to Scale* (VRS), ou BCC. Esse modelo pode ser intitulado como modelo de retorno variáveis a escala que propõe comparar apenas as DMUs que operam em escala semelhante (BANKER; CHARNES; COOPER, 1984).

Este modelo se destina ao aumento de produção, mantendo os níveis de insumos, nesse caso, possui orientação para o produto. Conforme Coelli *et al* (1998), esse modelo pode ser expresso:

$$\text{Max}_{\theta, \lambda, \theta} \text{ sujeito a: } -\theta y_i + Y \lambda \geq 0, \quad x_i - X \lambda \geq 0, \quad N_1' \lambda = 1 \text{ e } \lambda \geq 0 \quad (2)$$

Onde:

N_1 : é um vetor ($N \times 1$) de algarismos unitários,

$1 \leq \theta < \infty$: corresponde ao escore de eficiência técnica bruto das DMUs;

x : é o insumo;

Y : é a matriz de produtos ($n \times k$);

λ : é o vetor de constantes que multiplica a matriz e insumos de produtos.

Para a construção dos modelos propostos para a pesquisa, são utilizadas preliminarmente 19 variáveis disponibilizadas das fontes de dados, como documentos institucionais do IFFar e de indicadores socioeconômicos de Institutos oficiais de governo de estatística, como o IBGE e o IPEA.

A Tabela 1 demonstra as variáveis a serem pesquisadas, indicando seus dados em entradas (*input*) e saídas (*output*) e suas fontes de dados.

Nome	Descrição	Tipo	Fonte
atha	Área territorial em hectares	<i>Input</i>	IFFar
acmt	Área construída em metros quadrados	<i>Input</i>	IFFar
vgct	Valores gastos em custeio/ corrente	<i>Input</i>	IFFar
cvca	Valores gastos em capital	<i>Input</i>	IFFar
cemp	Número de cursos ensino médio presenciais oferecidos	<i>Input</i>	IFFar
grap	Número de cursos graduação presenciais oferecidos	<i>Input</i>	IFFar
pgra	Número de cursos pós-graduação presenciais oferecidos	<i>Input</i>	IFFar
cpno	Número de cursos presenciais noturnos	<i>Input</i>	IFFar
tota	Número total de alunos	<i>Input</i>	IFFar
taxic	Taxa de ingresso por campus	<i>Input</i>	IFFar
ialet	Ingressantes no ano letivo	<i>Input</i>	IFFar
valet	Vagas no ano letivo	<i>Input</i>	IFFar
naeg	Número de alunos egressos	<i>Output</i>	IFFar
ifdm	Índice Firjan de desenvolvimento municipal	<i>Output</i>	FIRJAN
popu	População	<i>Output</i>	IBGE
peoc	Pessoal ocupado	<i>Output</i>	IBGE/ IPEA
samed	Salário médio	<i>Output</i>	IBGE/ IPEA
vaf	Valor adicionado fiscal	<i>Output</i>	Sefaz RS
nea	Número de empresas atuantes	<i>Output</i>	IBGE

Tabela 1 – Nome, descrição, tipos de variáveis e fontes de dados utilizadas na análise de

Em consonância como o objetivo principal da pesquisa, o presente trabalho, ao realizar a análise comparativa de eficiência dos *campi* do IFFar, buscou instrumentalizar a instituição com documentos apropriados para a avaliação de seu desempenho como instituição pública na sua relação com a sociedade contemplada com sua estrutura educacional. Para a presente pesquisa, os dados obtidos foram organizados de forma que possibilitassem a análise comparativa dentre as DMUs já definidas para a pesquisa. É pertinente o registro de que a coleta de dados levou em conta o período compreendido entre 2010 até o ano de 2016, pelo qual se possibilitou um maior número de informações que representassem a totalidade das variáveis utilizadas para cada campus (DMU) estudado.

4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Para a análise descritiva das eficiências encontradas em cada DMU, foram identificadas, que o emprego de análise descritiva dos dados obtidos e das eficiências encontradas nos campi do IFFar, somente ocorreu na totalidade da amostra da pesquisa a partir do ano de 2015. Percebe-se também que, somente as sete primeiras DMU'S propiciaram uma análise mais abrangente em termos de evolução histórica compreendendo o período de 2010 a 2016. Foram registrados os dados estatísticos descritivos entre as unidades de ensino em funcionamento desde 2010, considerando que as DMU'S Jaguari e Santo Ângelo surgiram após 2014.

Nesse contexto, considerando a evolução das eficiências de cada campus, foi elaborada a Tabela 2 com os respectivos resultados de cada campus no período em análise.

DMU/CAMPUS	Eficiência anual em %						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Alegrete	31,51	31,51	31,51	31,51	15,37	14,33	7,66
Júlio de Castilhos	54,58	54,58	54,58	54,58	53,41	51,96	94,40
Santo Augusto	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
São Vicente do Sul	10,59	10,59	10,59	10,59	10,59	10,59	9,57
Panambi	55,29	55,29	55,29	55,29	48,76	42,09	30,91
Santa Rosa	55,29	55,29	55,29	55,29	55,29	55,29	55,29
São Borja	98,14	91,28	98,14	98,14	98,14	98,14	98,14
Jaguari	0,00	0,00	0,00	0,00	92,85	92,85	92,85
Santo Ângelo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89,50	94,91

Tabela 2 – Resultados anuais das eficiências dos campi - período 2010 a 2016

Fonte: Elaborado pelo autor.

Neste cenário, confirmou-se a eficiência máxima registrada ao campus de Santo Augusto (*benchmark*) com 100% de eficiência. Constatou-se que o campus de São Borja se posicionou em 2º lugar nesse comparativo, tendo como média de eficiência acima de 97% e um desvio-padrão de 2,59%. Nesse caso, seu desvio-padrão demonstrou que houve uma dispersão de 2,59% em relação a sua média apresentada. Este resultado é consequente da eficiência de 91,28% no ano de 2011, contrastando com os outros anos do período, em que se registrou valores acima de 98% em seus indicadores. Esses resultados são apontados na Tabela 3 de forma mais objetiva.

Campus	Dados estatísticos comparados em %				
	Posição	Máximo	Mínimo	Média	Desvio-padrão
Alegrete	6º	31,51	7,66	23,34	10,47
Júlio de Castilhos	3º	94,40	51,96	59,73	15,32
Santo Augusto	1º	100,00	100,00	100,00	0,00
São Vicente do Sul	7º	10,59	9,57	10,45	0,39
Panambi	5º	55,29	30,91	48,99	9,43
Santa Rosa	4º	55,29	55,29	55,29	0,00
São Borja	2º	98,14	91,28	97,16	2,59

Tabela 3 – Dados estatísticos comparados no período 2010 a 2016

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para o caso de Júlio de Castilhos, conforme a Tabela 3, notou-se que seu

desvio-padrão de 15,32% fica evidente em função de sua eficiência em 2016 passou para 94,4%, mostrando sua evolução em relação aos anos anteriores, até então, estabilizado em torno dos 54% em média para o período. Em relação ao 4º colocado, o campus de Santa Rosa se manteve em média de eficiência de 55,29% durante o período, não sendo registrada alguma evolução em seu histórico. O campus de Panambi, por sua vez, obteve a eficiência máxima de 55% nos anos de 2010 a 2013, no entanto, seus indicadores apontaram queda a partir de 2014, como pode ser visto também na Tabela 2, resultando um desvio-padrão de 9% em sua eficiência. Ainda, quanto ao campus de Alegrete, desponta-se o desvio-padrão de 10,47%, resultante de sua significativa queda de eficiência a partir de 2014, representando no exercício de 2016 a mínima de 7,66%. Para o campus de São Vicente do Sul, sua eficiência se mostrou em média estabilizada em torno de 10,45%, ainda que, considerada mínima em relação às outras unidades.

Constatou-se importantes disparidades entre os indicadores do *benchmark* e a unidade com a menor média de eficiência. Nesse aspecto, pode-se indicar que, não houve, por parte da DMU4 uma melhora em seu desempenho durante o período pesquisado, tendo seu índice de eficiência diminuindo no ano de 2016 (Tabela 2). Para que se desse a continuidade ao comparativo entre as unidades com a inclusão do campus de Jaguari, realizou-se o mesmo procedimento realizado anteriormente, porém para o período de 2014 a 2016. Essa relação é apresentada na Tabela 4, posicionando Jaguari como já como campus já em efetivo exercício.

Campus	Eficiência para o período de 2014 a 2016 anual em %							
	ANO			ESTATÍSTICA DESCRITIVA				
	2014	2015	2016	COLOCAÇÃO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÉDIA	DESVIO
Alegrete	15,37	14,33	7,66	7º	15,37	7,66	12,45	4,18
Júlio de Castilhos	53,41	51,96	94,40	4º	94,40	51,96	66,59	24,09
Santo Augusto	100,00	100,00	100,00	1º	100,00	100,00	100,00	0,00
São Vicente do Sul	10,59	10,59	9,57	8º	10,59	9,57	10,25	0,59
Panambi	48,76	42,09	30,91	6º	48,76	30,91	40,58	9,02
Santa Rosa	55,29	55,29	55,29	5º	55,29	55,29	55,29	0,00
São Borja	98,14	98,14	98,14	2º	98,14	98,14	98,14	0,00
Jaguari	92,85	92,85	92,85	3º	92,85	92,85	92,85	0,00

Tabela 4 – Indicadores de eficiência com inclusão do campus de Jaguari

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme a Tabela 4, notou-se que com a inclusão do campus de Jaguari na organização como DMU efetivamente em atividade, houve o deslocamento das unidades já estabelecidas para a posição posterior. Nesse novo cenário, o campus de Jaguari se revelou como beneficiário nesse comparativo, pois, como foi comentado anteriormente, suas despesas vinculadas ao campus de São Vicente do Sul desde

seu reconhecimento como campus avançado

Essa nova ordenação entre as DMU'S, coloca novamente o campus de São Vicente do Sul na última posição. Cabe o registro de que as variáveis que correspondem à área construída e área territorial em hectares de Jaguari, registradas a partir do ano de 2014 estavam às expensas do campus São Vicente do Sul como unidade gestora, ou seja, despesas de custeio e capital do campus de Jaguari até 2013 foram executadas pela UG responsável. Em suma, o campus de Jaguari teve seu registro positivo em eficiência, dentre outros motivos, em função das atividades administrativas do campus de São Vicente do Sul.

Finalmente, o registro de atividades do campus de Santo Ângelo no ano de 2015 possibilitou a comparação em todas as unidades possíveis para a amostra, inicialmente programada. Diante disso, tabelou-se os resultados das eficiências para o período entre 2015 e 2016. Percebe-se que, o campus de Santo Ângelo obtém uma representatividade em sua eficiência acima dos 80% já no primeiro ano de registro de atividades, além disso projetou um aumento em seu indicador no ano posterior, representando uma tendência de aumentar seu desempenho. A Tabela 5 apresenta os resultados desse comparativo, revelando o crescimento do IFFar como um todo.

Campus	Eficiência para o período de 2015 a 2016 anual em %						
	ANO		ESTATÍSTICA DESCRITIVA				
	2015	2016	COLOCAÇÃO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÉDIA	DESVIO
Alegrete	14,33	7,66	8º	14,33	7,66	11,00	4,71
Júlio de Castilhos	51,96	94,40	5º	94,40	51,96	73,18	30,01
Santo Augusto	100,00	100,00	1º	100,00	100,00	100,00	0,00
São Vicente do Sul	10,59	9,57	9º	10,59	9,57	10,08	0,72
Panamby	42,09	30,91	7º	42,09	30,91	36,50	7,90
Santa Rosa	55,29	55,29	6º	55,29	55,29	55,29	0,00
São Borja	98,14	98,14	2º	98,14	98,14	98,14	0,00
Jaguari	92,85	92,85	3º	92,85	92,85	92,85	0,00
Santo Ângelo	89,50	94,91	4º	94,91	89,50	92,21	3,82

Tabela 5 – Comparativo de eficiência para o período de 2015 e 2016

Fonte: Elaborada pelo autor.

Com essa nova configuração, o IFFar, cabe o registro de que as atividades inerentes ao estabelecimento físico do campus de Santo Ângelo, foi promovido diante das atividades administrativas da Reitoria da instituição, já estabelecida em Santa Maria - RS. Além disso, essa nova unidade teve sua autorização de funcionamento com *status* já de campus, isto é, não estando vinculada ou subordinada a uma unidade gestora.

A partir disso, fica clara a diferença significativa entre as quatro DMU'S mais bem

colocadas e as DMU'S com menor eficiência média registrada. Percebe-se, nesse caso, que as melhores colocadas mantêm uma média acima de 92%, ao contrário das DMU'S 1 e 4 que para o período analisado, tangenciam uma média de 10%.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais resultados obtidos na presente pesquisa caracterizaram a formação do próprio IFFar, bem como sua expansão e suas consequências no tocante à tempestividade de seu desenvolvimento. Cabe, nesse momento, algumas considerações diante das expressivas distâncias entre unidades mais eficientes e as menos eficientes.

De forma geral, em razão das variáveis utilizadas para a presente pesquisa, observou-se duas situações: a vantagem, que as unidades novas obtiveram, ainda que subjetiva de não ter a totalidade registros de despesas como unidade gestora, e a desvantagem que as unidades centrais tiveram com esse mesmo registro. Os registros acadêmicos, também pode ter influenciado nas eficiências dos *campi*, compiladas no presente trabalho, visto que seus dados são contínuos e resultantes de atualizações realizadas por cada *campi*.

Todavia, diante de algumas limitações para a obtenção de dados inerentes ao desenvolvimento da região desde a criação do Instituto até o presente ano reduziu seu espectro de pesquisa para o período de 2010 a 2016. Não obstante, ainda que o IFFar tenha sido criado em 2008, suas adaptações, frente à integração de três unidades de ensino distintamente formadas com pessoas e culturas diferentes, ainda repercutem em busca de uma homogeneidade institucional. Nota-se nesse caso que fazem parte dessa organização o campus de Frederico Westphalen e o campus avançado de Uruguaiana, que não foram incluídos na avaliação de desempenho em razão de suas características atuais.

Além disso, por se tratar de uma pesquisa de teor quantitativo, não se ocupou especificamente das influências externas que determinaram criação das unidades de ensino em determinadas regiões na instituição estudada. As avaliações trataram apenas de dados obtidos por documentos e informações disponíveis ao público em geral e determinadas ações de pesquisas obtidas pelos servidores responsáveis pelas consultas nos sistemas de governo.

As limitações da presente pesquisa se deram na forma de indisponibilidade de determinados dados atualizados, tanto nos sistemas institucionais, no caso do SISTEC, ou ainda pelo próprio sistema de patrimônio da instituição que ainda não correspondem com a realidade. Além disso, as peculiaridades referentes aos *campi* de Frederico Westphalen e de Uruguaiana, também limitaram a pesquisa sendo excluídas do total das onze unidades de ensino preliminarmente pesquisadas. Cabe também observar a limitação para análise temporal, considerando o curto período de vida dos Institutos Federais que completam dez anos de criação em 28 de dezembro de 2018.

Para o IFFar, ainda se encontra em fase de estabilização junto à comunidade onde seus *campi* se estabeleceram.

Diante do exposto, entende-se como relevante a priorização na manutenção das atividades dos *campi* em sua plenitude, justificando suas despesas em custeio e capital, com vistas à participação presencial da comunidade acadêmica como um todo, com alunos, professores e técnicos administrativos em educação. Para que o equilíbrio entre as unidades ocorra, entende-se a necessidade de um trabalho conjunto entre as unidades e coordenadas por seus gestores, juntamente com a reitoria, no sentido aumentar a população discente e buscar meios de mantê-la durante seu período escolar. Nisso, o presente trabalho, representa um instrumento auxiliar para um possível estudo de viabilidade para a preservação de um curso em andamento, para criação de um novo curso, ou até mesmo para a implantação de uma nova unidade.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa se fez importante, para que se obter condições de preparar grupos de trabalho no intuito de buscar elementos que possam dar subsídios para o equilíbrio de desempenho entre as unidades de ensino da instituição. Por fim, recomenda-se a presente pesquisa como base para futuras avaliações, cujas variáveis possam ser adotadas mediante a aceitação de um grupo formado por servidores interessados e indicados para a devida atividade. Ainda, frente ao trabalho realizado, recomenda-se que se realize avaliações posteriores, agregando um período de tempo maior, pelo qual se obterá condições de dimensionar a relação entre a implantação dos *campi* com o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

AMORIM, K. A. F. de; DINIZ, J. A.; LIMA, S. C. de. A visão do controle externo na eficiência dos gastos públicos com educação fundamental. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 11, n. 29, p. 56-67, 2017.

APOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

AZEVEDO, J. B. **Desenvolvimento Sustentável Corporativo**: Um Estudo sobre Práticas Sustentáveis na Indústria Gaúcha de Máquinas e Implementos Agrícolas. 2014. 117 p. Dissertação. (Mestrado em Administração) -Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.

BARBOSA, G. S.; DRACH, P. R.; CORBELL, O. D. A Conceptual Review of the Terms Sustainable Development and Sustainability. **International Journal of Social Sciences**, v. III, n. 2, 2014.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal**. Instrução Normativa nº 01 de 06 de abril de 2001. Brasília. DF.2001. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in-01-06042001.pdf>>. Acesso em: 21 junho 2017.

_____. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em 5 jan. 2018.

_____. **Portaria n. 1.075**, de 30 de dezembro de 2014. Estabelece a transição do Colégio Agrícola Frederico Westphalen, vinculado à Universidade Federal de Santa Maria, para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2014. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/PORTARIA-MEC-N-1076-DE-30-12-2014-GT.pdf>. Acesso em 08 out.2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **CONCEITO HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP. Texto para discussão 157. DEZ 2006.

_____. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 5-24, 2006.

BRUNDTLAND, COMISSÃO. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCDE): O nosso futuro comum. **Universidade de Oxford. Nova Iorque**, 1987.

COELLI, T. J. et al. **An introduction to efficiency and productivity analysis**. 2ª ed. Norwell: Kluwer Academic, 1988.

EVANS, P. **Construção do Estado desenvolvimentista do século XXI: possibilidades e armadilhas**. Viana, Al. d'Á. Lima, L.; Ibañez, N. & Bousquat, A. (orgs). Saúde, desenvolvimento, ciência, tecnologia e inovação. São Paulo: Hucitec-Cealag, 2012.

FARREL, M. J. The measurement of productive efficiency. **Journal of the Royal Statistical Society**, v. 120, n. 3, p. 253-281, 1957.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. Rio de Janeiro 2017. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Recuperado em: 08 nov.2018

FEIJÓ, R. **Desenvolvimento econômico: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro**. São Paulo. Atlas. 2007.

FEIL, A. A.; SCHREIRBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 667-681, julho 2017

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GRATERON, I. C. G. **Auditoria de Gestão: Utilização de Indicadores de Gestão no Setor Público**. Caderno de Estudos. São Paulo. FIPECAFI. n. 21. 1999;

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **A Instituição**. Santa Maria. 2017. Disponível em <<http://www.iffarroupilha.edu.br/a-institui%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 21 jun. 2017.

JONES, G. R.; GEORGE, J. M. **Fundamentos da Administração Contemporânea**. Tradução de Ariovaldo Griesi. 4ª. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

LINS, M. E. et al. O uso da Análise Envoltória de Dados (DEA) para avaliação de hospitais universitários brasileiros. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 985-998, 2007.

LUIZ, L. C. et al. Agenda ambiental na administração pública (a3p) e práticas de sustentabilidade: estudo aplicado em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia. **Administração pública e gestão social**, v. 5, n. 2, p. 54-62, 2013.

MALHEIROS, B. T.; ROCHA, A. R. C.; RAMAL, A. **Avaliação e gestão de desempenho**. 1ª. ed. Rio de Janeiro : LTC, 2014.

MARINHO, A.; L. O.; FAÇANHA, L. O. Programas Sociais: Efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação. **Texto para Discussão**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto de Pesquisa Aplicada- IPEA-ISSN. 1415-4765. 2001.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea**. 4 ed. São Paulo, 2012

MEZA, L. A. et al. ISYDS – Integrated System for Decision Support (SIAD – Sistema Integrado de Apoio à Decisão): a software package for data envelopment analysis model. **Pesquisa Operacional**, v. 25, (3), p. 493-503, 2005.

NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. **Introdução às teorias do desenvolvimento (DERAD101)**. PLAGEDER, 2016.

OZCAN, Y. A. **Health Care Benchmarking and Performance Evaluation: An Assessment Using Data Envelopment Analysis (DEA)**. 2. ed. New York: Springer Science + Business Media, 2014.

PINTO, N. G. M.; CORONEL, D. A. A. Eficiência e eficácia na administração: proposição de modelos quantitativos. **Revista Unemat de Contabilidade**, v. 6, n. 11, 2017.

_____. Comparação entre índices de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. **Estudos do CEPE**, n. 40, p. 228-248, 2014.

PINTO, N. G. M.; PIOVESAN, V. R.; CORONEL, D. A. Eficiência e eficácia para a agropecuária gaúcha: mapeamento nas mesorregiões do Rio Grande do Sul. **Diálogos Interdisciplinares**. 5(3), p. 113-129, 2016.

PNUD; Ipea; Fjp (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas; Fundação João Pinheiro). **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2013.

Procopiuck, M. Governança e Interações Multiatores em Redes de Políticas. IN: Procopiuck, M. **Políticas Públicas e Fundamentos da Administração**. São Paulo: Atlas, 2013

RECEITA ESTADUAL RS. **Dados Abertos**. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<http://receitadados.fazenda.rs.gov.br/Documentos%20Compartilhados/IPM.csv>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **Histórico**. Brasília. 2017. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 20 jun. 2017.

_____. **Instituições**. Brasília. 2016. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/instituicoes>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

_____. **Documentos Institucionais**. Brasília. 2016. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/documentosiffar>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEN, A. K. The Concept of Development, in H. CHENERY and T. N. SRINIVASAN (eds), **Handbook of Development Economics**, North Holland: Elsevier Science Publishers, v. 1, p. 10-26, 1988.

SHAW, E. H.A. A general theory of systems performance criteria. **International Journal of general Systems**. v.38, n.8. p. 851-869, 2009.

SILVA FILHO, M. D. et al. Análise da Eficiência nos Gastos Públicos com Educação Fundamental nos Colégios Militares do Exército Em 2014. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João pessoa, v. 4, n. 1, p. 50-64, 2016

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Consulta pública das unidades de ensino** Disponível em:< <http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino/>>. Acesso em 13 nov.2018.

SMITH, A. **Inquérito Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações**. Tradução e notas de Luís Cristóvão de Aguiar. Vol. II. 3ª ed. Coimbra – Portugal - 1999.

TODARO, M. P.; SMITH, S. C. **Economic Development**. Tenth Edition, Addison –Wesley, Boston, 2009.

VALARELLI, L. L. **Indicadores de resultados de projetos sociais**, Rio de janeiro, 1999.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem Quantitativa 70

Accountability 4, 15, 16, 17, 19, 20, 24, 26, 66, 72, 125, 132, 133, 134, 139

Administração Pública 2, 3, 5, 10, 15, 16, 19, 31, 32, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 64, 65, 66, 68, 69, 72, 81, 82, 102, 108, 112, 113, 115, 116, 119, 121, 122, 123, 125, 127, 131, 133, 134, 137, 141, 143

Análise de Desempenho 87

Análise Envoltória de Dados 84, 91, 93, 102

Assistência 18, 21, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 67, 69

C

Cidadão 14, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 57, 63, 72, 77

Confiança 18, 23, 70, 73, 74, 80, 81

Contabilidade 7, 13, 14, 15, 17, 19, 22, 26, 27, 82, 101, 103, 105, 106, 108, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 121, 122, 124, 126, 127, 129, 131, 132, 133, 137, 138, 140, 141, 142, 143

Contas Públicas 1, 2, 3, 5, 6

D

Desenvolvimento socioeconômico 84

E

Eficiência 13, 42, 66, 72, 84, 86, 87, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 114, 125

Ensino 1, 19, 20, 21, 22, 27, 58, 60, 61, 67, 68, 70, 71, 84, 86, 87, 92, 95, 96, 100, 101, 104, 113, 119, 121, 124, 133, 138, 140, 141, 143

Estado 1, 3, 7, 8, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 42, 43, 53, 57, 58, 60, 61, 65, 69, 71, 72, 73, 77, 85, 86, 87, 88, 91, 102, 106, 113, 114, 120, 143

Evolução 9, 41, 45, 52, 68, 73, 85, 96, 98, 112, 120, 122

Excelência 28, 29, 42, 43, 44, 49, 55, 70, 112, 113, 119

F

Fundações de Apoio 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 113

G

Gasto com dinheiro público 8

Gestão 1, 3, 4, 5, 6, 9, 13, 14, 21, 23, 28, 29, 30, 31, 32, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 80, 81, 82, 85, 86, 90, 91, 92, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 115, 116, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 131, 132, 133, 137, 138, 140, 141, 142, 143

Gestão do Conhecimento 28

Gestão Pública 3, 14, 28, 40, 42, 43, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 57, 64, 65, 71, 73, 80, 81, 82, 85,

103, 105, 106, 108, 112, 115, 116, 121, 122, 124, 125, 127, 131, 132, 133, 137, 138, 141
Governança 26, 28, 32, 39, 40, 44, 66, 73, 82, 103, 106, 107, 109, 122, 125, 127, 131, 142
Governo Federal 4, 7, 31, 41, 48, 49, 51, 53, 72, 87

I

INCA 22, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 69
Informação Contábil 15, 17
Instituto Federal 15, 22, 70, 72, 74, 84, 86, 87, 102, 105, 124, 143

L

Lei 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 17, 19, 23, 29, 30, 40, 44, 71, 72, 76, 81, 82, 92, 93,
101, 110, 112, 113, 119, 128, 140

M

Marketing 41, 42, 43, 52, 53, 54, 55
Município 1, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 69, 112

P

Percepção 18, 45, 51, 57, 59, 62, 70, 72, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 90, 112, 113, 126, 133, 136
Piauí 1, 2, 105, 124
Políticas Públicas 31, 35, 39, 41, 42, 53, 55, 85, 86, 87, 88, 103, 108, 143
Prestação de Contas 15, 16, 17, 19, 26, 31, 38, 106, 107, 127, 132
Público 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 16, 18, 21, 22, 24, 26, 27, 29, 32, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49,
50, 51, 52, 53, 54, 58, 62, 63, 64, 67, 71, 72, 73, 82, 85, 87, 90, 92, 100, 102, 105, 106, 107, 108,
109, 111, 112, 114, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 127, 131, 132, 133, 137, 139, 140, 141

R

Recursos 2, 3, 4, 6, 7, 8, 18, 19, 28, 29, 31, 32, 35, 39, 40, 42, 45, 46, 52, 53, 57, 63, 65, 72,
86, 89, 90, 91, 93, 107, 108, 125, 126, 127
Regulação 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69
Repasse 28, 30, 31, 32
Responsabilidade Fiscal 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 40
Rio de Janeiro 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 41, 56, 58, 60, 68, 69, 81, 82, 102,
104, 109, 119, 122, 136, 137, 143
Rio Grande do Sul 70, 71, 72, 74, 84, 85, 86, 87, 92, 93, 103, 109

S

Satisfação 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 70, 78, 79, 80, 81
Saúde 18, 20, 21, 22, 38, 45, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 75, 85, 86, 89,
102, 132, 133
Sistemas de Informação 28, 141
Software 46, 47, 84, 85, 103
Stakeholders 24, 70, 71, 72, 74, 75, 78, 79, 80, 81
SUS 56, 62, 63, 68, 133, 142

T

Tensão 60, 63, 66

Terceiro Setor 15, 17, 18, 19, 23, 24, 26, 27

Transferência 29, 32, 33, 35

Transparência 1, 5, 6, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 23, 25, 26, 32, 39, 40, 63, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 127, 134, 138, 141, 142

U

União 8, 9, 13, 18, 19, 28, 30, 31, 32, 33, 39, 40, 48, 49, 54, 55, 77, 81, 102, 108, 109, 123, 132, 138, 141, 142

 **Atena**
Editora

2 0 2 0